

POLÍTICA EXTERNA NO GOVERNO LULA (2003-2010): AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ÁFRICA

FOREIGN POLICY IN THE LULA GOVERNMENT (2003-2010): RELATIONS BETWEEN BRAZIL AND AFRICA

David Maciel*
macieldavid275@gmail.com

RESUMO: Durante os governos do presidente Lula (2003-2010) foi adotada uma versão moderada do programa neoliberal, que combinou a manutenção dos pilares da ortodoxia econômica com novas formas de privatização, políticas sociais compensatórias, fortalecimento do mercado interno e o indutivismo econômico estatal, fortalecendo as empresas estatais e as empresas sediadas no país, as chamadas “campeãs nacionais”. A política externa mais independente e propositiva, vinculada a uma posição imperialista e autodefensiva em relação aos recursos naturais estratégicos, à economia nacional e a uma posição mais protagônica no cenário internacional, exigiu a aproximação com os países emergentes e periféricos e é neste contexto que se insere a política externa brasileira para a África.

PALAVRAS-CHAVE: Governo Lula, Neoliberalismo moderado, imperialismo brasileiro.

ABSTRACT: During the governments of President Lula (2003-2010) a moderate version of the neoliberal program was adopted, which combined the maintenance of the pillars of economic orthodoxy with new forms of privatization, compensatory social policies, strengthening of the internal market and state economic inductivism, strengthening state-owned companies and companies based in the country, the so-called “national champions”. More independent and purposeful foreign policy, linked to an imperialist and self-defensive position in relation to strategic natural resources, to the national economy and to a more prominent position on the international stage, demanded closer ties with emerging and peripheral countries and it is in this context that Brazilian foreign policy for Africa is inserted.

KEYWORDS: Lula government, moderate neoliberalism, Brazilian imperialism.

Introdução

A partir de janeiro de 2003 instala-se no executivo federal o governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Resultado da crise do programa neoliberal aplicado desde 1990 no país, a vitória do PT nas eleições presidenciais de 2002 representou a opção majoritária da população por uma perspectiva não-neoliberal de governo, uma perspectiva de mudança nos rumos da política econômica, das relações entre Estado e sociedade e na política externa expressa no próprio programa neodesenvolvimentista apresentado pela candidatura Lula. No entanto, uma vez no poder o governo petista aplicou uma versão *moderada* do programa neoliberal, repondo o neoliberalismo em novas bases, pois combinou a manutenção dos pilares da ortodoxia neoliberal aplicada no país desde a década de 90, com a adoção de novas formas de privatização das empresas e bens públicos, a criação/ampliação de políticas sociais compensatórias, o fortalecimento do mercado interno e o desenvolvimento de uma postura indutiva na economia por parte do Estado, fortalecendo determinadas empresas

* Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e professor de História na mesma instituição.

estatais e criando linhas de crédito para as empresas sediadas no país, particularmente para aquelas capazes de situar-se no mercado internacional de maneira competitiva em relação às outras transnacionais, as chamadas “campeãs nacionais” (MACIEL, 2010, p. 121-125).

Para tanto foi necessário o desenvolvimento de uma nova orientação no plano da política externa, retomando a postura mais independente e propositiva adotada em governos anteriores, mas desta vez francamente vinculada a uma posição imperialista no plano externo e autodefensiva em relação aos recursos naturais estratégicos à sua economia e à busca por uma posição mais protagônica no cenário internacional. Neste sentido, a aproximação com os países emergentes e periféricos foi fundamental, tanto para a intensificação das relações econômicas, quanto para o estabelecimento de alianças diplomáticas. É neste contexto que se insere a política externa brasileira para a África.

1- Política externa e imperialismo brasileiro: seguindo o caminho do Sul.

Em linhas gerais a política externa do governo Lula (2003-2010) caracteriza-se pelo desenvolvimento de iniciativas estratégicas em três grandes frentes diplomáticas: o privilegiamento das relações com o chamado Eixo Sul-Sul (América Latina, Ásia e África) em detrimento do eixo Norte-Sul (EUA, Europa e Japão), principalmente no plano econômico; a afirmação da soberania brasileira sobre a “Amazônia Verde” e a “Amazônia Azul”; e o fortalecimento da posição do Brasil nos grandes fóruns e instâncias internacionais (ZIBECHI, 2012).

A primeira grande frente de ação diplomática se desdobra em quatro iniciativas:

a) o estreitamento das relações políticas, diplomáticas e econômicas com os países da América Latina, particularmente os países sul-americanos; b) a criação de uma aliança diplomática, política e econômica com outros países considerados emergentes, como China, Rússia, Índia e África do Sul, o chamado grupo dos BRICS, em oposição ao G7, para atuar nos fóruns internacionais como o G20, a ONU e a OMC; c) estreitamento dos laços econômicos e diplomáticos com os países africanos, particularmente com a África do Sul e os países de língua portuguesa, como evidenciado no acordo diplomático-militar entre Brasil, Índia e África do Sul (IBAS), na incorporação desta última aos BRICS, na criação do acordo comercial entre o Mercosul e o SACU, na criação da Comissão de Constituição da Paz na Guiné-Bissau, no apoio brasileiro à reconstrução de Angola e Moçambique, entre outras iniciativas

(MATTOS e LEÃES, 2015, p. 5-15; VISENTINI E PEREIRA, s/d, p. 4-9) e d) a tentativa de intermediação nos conflitos do Oriente Médio, adotando uma posição favorável aos países árabes em detrimento de Israel e dos EUA.

A segunda frente diplomática se baseia na afirmação da soberania sobre a Amazônia e sobre a plataforma marítima brasileira, chamada “Amazônia Azul”. A primeira é uma reação ostensiva às pretensões norte-americanas de controle da região, além do controle da região ser estratégico, na medida em faz fronteira com diversos dos parceiros comerciais do país na América do Sul, e se apresenta como a nova fronteira de expansão do capitalismo brasileiro, com o avanço do agronegócio e desenvolvimento de mega-projetos como usinas hidrelétricas, a Ferrovia Transcontinental, hidrovias, portos e rodovias, além de sediar diversos projetos previstos no IIRSA. Quanto à chamada “Amazônia Azul” há se que destacar a centralidade assumida pelo Atlântico Sul na estratégia diplomática de aproximação com os países do Mercosul (Argentina, Uruguai e Paraguai), na exploração das reservas petrolíferas, particularmente depois da descoberta do pré-sal (2007), e nas relações com a África Ocidental.

A terceira frente de ação diplomática busca a ascensão do país à condição de ator político relevante no cenário internacional, seja através da criação de novos organismos, como o G33, G20 e os BRICS, alternativos aos organismos controlados pelas potências tradicionais, seja por meio do fortalecimento da posição brasileira nos fóruns internacionais, como a ONU e a OMC. Neste plano, a grande demanda brasileira reside na ampliação do Conselho de Segurança da ONU e no combate às políticas alfandegárias restritivas adotadas pelas grandes potências.

Estas três frentes de iniciativas, que expressam uma perspectiva protagônica inovadora, configuram uma alteração importante na política externa brasileira em relação àquela desenvolvida nos anos 90, onde prevaleceu uma postura de integração passiva à nova ordem mundial, hegemônica pelos EUA, e à chamada “globalização”. Tal mudança de orientação foi interpretada por alguns analistas, diplomatas e setores da imprensa como expressão do caráter de esquerda dos governos petistas, polarizados por um programa neodesenvolvimentista ou mesmo social-desenvolvimentista, o que expressaria uma perspectiva popular, com certo matiz antiimperialista (ALMEIDA, 2004; BARBOSA, 2018; AZEVEDO, 2010). No entanto, para além das aparências, é preciso compreender como tal

orientação expressa muito mais os interesses criados pelas novas configurações assumidas pelo capitalismo brasileiro a partir dos anos 90, do que propriamente o desenvolvimento de uma perspectiva democrática e popular.

Em relação ao programa neoliberal que orientou os governos brasileiros desde o final dos anos 80, os governos petistas não só não promoveram uma ruptura com o mesmo, como o atualizaram como projeto de hegemonia do bloco no poder, incorporando ao seu núcleo duro novos componentes, criando assim uma variante moderada do projeto neoliberal (MACIEL, 2010, p. 125-128). Além disso, beneficiada por uma conjuntura de expansão da economia mundial na primeira década dos anos 2000, tal orientação econômica estimulou o crescimento econômico, a ampliação do mercado interno e a melhoria dos níveis de renda dos segmentos pior remunerados da população, favorecendo uma política de conciliação de classes bem sucedida até recentemente e aperfeiçoando a hegemonia burguesa sob o neoliberalismo. Por conta desta orientação geral, podemos afirmar que a política externa dos governos do PT foi coerente com a perspectiva neoliberal moderada adotada desde 2003 e favorável à nova dinâmica desenvolvida pelo capitalismo brasileiro a partir dos anos 90. Esta nova dinâmica se sintetiza em cinco tendências: a) um processo de intensa internacionalização da economia brasileira, graças à abertura comercial e financeira e à privatização de empresas estatais e serviços públicos, com o crescimento da presença de empresas estrangeiras no parque produtivo nacional e no sistema financeiro; b) a redução da presença do Estado na economia em favor do capital privado, graças à privatização da maior parte das empresas estatais; c) o avanço da concentração e centralização de capitais, também em grande medida como resultado das privatizações, com aquisições e fusões que deram origem a empresas atuantes em diversos setores e com capacidade de inserção internacional; d) a manutenção da superexploração do trabalho, particularmente em relação à concentração capitalista e aos avanços na produtividade; e) a reprimarização da economia brasileira, com o avanço do agronegócio e do setor serviços em detrimento da indústria, particularmente daquela produtora de artigos com menor densidade tecnológica; f) o avanço da exportação de produtos e capitais por parte de empresas localizadas no Brasil (MACIEL, 2010).

Desde os anos 60, quando a monopolização da economia brasileira se acelera e o padrão de acumulação capitalista dependente-associado se consolida, as grandes empresas

instaladas no Brasil, principalmente estrangeiras, passam a desenvolver um movimento expansionista expresso inicialmente na conquista de mercados externos para a exportação de mercadorias, principalmente produtos manufaturados, e posteriormente na exportação de capitais, com a realização de empreendimentos, a abertura de filiais e aquisição de empresas estrangeiras. O apoio dos governos militares e o “Milagre Brasileiro” favoreceram este expansionismo e a conquista de mercados entre os países periféricos, inicialmente na América Latina e logo depois na África e no Oriente Médio, mas também em alguns países desenvolvidos como os EUA, num processo conceituado por Marini como subimperialismo (MARINI, 2000, p. 11-165).

Com a privatização das empresas estatais e a abertura financeira e comercial, nos anos 90, esse processo se intensificou, permitindo às empresas beneficiadas se fortalecer ainda mais, se integrando com o capital externo, diversificando suas áreas de atuação e adquirindo tal envergadura que a expansão de suas atividades no exterior e ampliação de mercados tornou-se um imperativo diante das limitações do mercado interno brasileiro. Por outro lado, a abertura comercial e a reprimarização da economia brasileira modificaram a pauta de exportações, com a prevalência dos produtos primários e semi-industrializados e criaram uma tendência deficitária na balança comercial, o que exigiu a abertura de novos mercados. Diante das dificuldades impostas por EUA e União Européia à importação de produtos brasileiros, a saída foi ampliar mercados para as exportações brasileiras, principalmente entre os países emergentes, como China, Argentina, Rússia, Índia e África do Sul. Estas mudanças reforçaram as tendências expansionistas da economia brasileira configurando um avanço em relação à posição imperialista do período anterior, pois agora capitaneado pelas empresas brasileiras de grande capital, várias delas privatizadas nos anos 90, associadas em graus variados ao capital externo e aos circuitos internacionais de valorização e concentração dirigidos pelo capital monetário e não pelas empresas estrangeiras aqui sediadas. Além disso, há uma mudança significativa na forma de expansão econômica das empresas brasileiras, pois para além da exportação de mercadorias, principal mecanismo de expansão econômica nos anos 60 e 70, elas passaram crescentemente a investir diretamente em outros países com o fito de explorar sua mão de obra e suas fontes de matérias primas (FONTES, 2010). Esta posição também é distinta do imperialismo clássico, pois tardia e fundamentalmente baseada em mecanismos de coação econômica e

não no domínio político e/ou na agressão militar, configurando um imperialismo completamente submetido aos *imperativos capitalistas* conforme definição de WOOD (2014). Parece paradoxal um país imperialista e de economia dependente e subalterna, mas esta é a posição imperialista possível para o capitalismo brasileiro à partir dos anos 90 diante de sua dependência econômica e financeira e inferioridade militar frente às potências imperialistas de primeira ordem. Um imperialismo de segunda ordem, cuja força militar tem uma finalidade defensiva e dissuasória em relação ao seu território e recursos naturais e cuja força política é fundamentalmente exercida por meios diplomáticos, reforçada por iniciativas de assistência social e intercâmbio cultural. Também é o resultado do próprio processo de integração das grandes empresas brasileiras aos ritmos de concentração, centralização e acumulação da economia “globalizada”. Daí o que definimos adiante como imperialismo *light*.

Portanto, é em concordância com a demanda apontada acima que os governos do PT retomam a capacidade de financiamento e indução econômica do Estado; desenvolvem um ambicioso plano de fortalecimento da capacidade militar brasileira, denominado Estratégia Nacional de Defesa, e estreitam as relações diplomáticas com os países emergentes e periféricos, o chamado Eixo Sul-Sul. Por meio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), da Petrobrás e dos fundos de pensão das empresas estatais o governo apoiou ativamente a constituição das chamadas “campeãs nacionais”, empresas com capacidade de inserção protagônica no mercado internacional, por meio de empréstimos, compra de ações e financiamento de empreendimentos no exterior, que viabilizaram aquisições, fusões e a criação de demanda para investimentos. Apesar da aparência “desenvolvimentista”, em nossa avaliação tais iniciativas não contradizem a orientação neoliberal moderada do governo, na medida em que tais iniciativas se inserem numa perspectiva indutiva e privatista, sem a afirmação de uma postura propriamente intervencionista diante do comportamento das empresas beneficiadas e sem uma perspectiva de reconstrução do setor produtivo estatal, extremamente reduzido com as privatizações dos anos 90.

Apesar da América do Sul se constituir na região que concentra a maior parte dos empreendimentos, tornando o Brasil a economia líder do subcontinente, algumas empresas brasileiras, como Vale, Petrobrás e JBS atuam em dezenas de países. É nesta ampliação dos

mercados onde atuam as transnacionais brasileiras que se situa a África. Como resultado deste movimento de exportação de capitais o volume de capitais brasileiros no exterior salta de 68, 5 bilhões de dólares em 2001 para 152,2 bilhões em 2006 e 391,5 bilhões em 2013 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015a e 2015b). Em 2006 pela primeira vez o volume de investimento direto do Brasil no exterior foi maior do que investimento estrangeiro direto no país (VILAS-BÔAS, 2011, p. 34).

Com vistas a garantir a soberania sobre a Amazônia Verde e a Amazônia Azul e desestimular qualquer tentativa de contestação da presença econômica brasileira na América do Sul, principal mercado do imperialismo brasileiro, e na África Ocidental, o governo patrocinou a Estratégia Nacional de Defesa, um plano de longo prazo que envolve desde o fortalecimento da capacidade produtiva e tecnológica da indústria bélica brasileira, até o reaparelhamento e modernização técnica do armamento, inclusive com o desenvolvimento da tecnologia nuclear, passando pela redistribuição do contingente militar pelo território nacional e pelo desenvolvimento de novas táticas de guerra. A perspectiva é tornar o Brasil uma potência regional de médio porte, capaz de defender seus interesses econômicos tanto no território nacional, quanto nas áreas sob sua influência imperialista, além de desautorizar qualquer tentativa de contestação militar destes interesses por parte das grandes potências, principalmente dos EUA (ZIBECHI, 2012, p. 103-134).

Finalmente, o fortalecimento das relações políticas e diplomáticas com os países da América do Sul, da África e com os BRICS, o apoio à criação de fóruns e organismos internacionais alternativos aos controlados pelas grandes potências, e as próprias pretensões brasileiras a um maior protagonismo na ONU revelam não apenas o compromisso com a perspectiva de consolidação e expansão do imperialismo brasileiro, mas com a própria manutenção do padrão de acumulação capitalista estabelecido desde os anos 90. Isto porque, se houve um crescimento significativo da exportação de capitais por parte das empresas instaladas no país, por outro lado, a internacionalização da economia brasileira continuou a todo vapor e sua inserção subordinada no mercado internacional como país produtor de produtos primários e de baixa densidade tecnológica também, portanto, fortemente dependente dos maus humores do mercado mundial. Por isto, se de um lado o volume de Investimento Brasileiro Direto cresceu vertiginosamente no período dos governos petistas, por outro lado, o Investimento Estrangeiro Direto também cresceu

em termos significativos, saltando de uma média de 6,4 bilhões de dólares entre os anos de 1990 e 1996, para 16 bilhões de dólares entre os anos de 2001 e 2006 e posteriormente para a média de 49,7 bilhões de dólares entre os anos de 2007 e 2014 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015c).

De acordo com Zibechi (2012, p. 175), durante a década de 2010 a inversão externa de capitais se multiplicou por quatro, atingindo aproximadamente 10% do PIB brasileiro, com as relações comerciais brasileiras dependendo cada vez mais dos mercados de países do Eixo Sul-sul. Por exemplo, em 2011 dos 30 principais parceiros comerciais do Brasil nada menos que oito eram da América Latina, sendo sete da América do Sul e destes três do Mercosul (com a Argentina ocupando o 3º lugar), seis eram da Ásia e Oriente Médio (excetuando-se Japão, China e Índia), dois eram da África, três dos outros membros do BRICS apareciam entre os 15 primeiros (China em primeiro lugar, Índia em 10º e Rússia em 15º), enquanto sete países eram da União Européia, os EUA ocupavam a segunda posição, o Japão a 5ª, e o Canadá a 7ª (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015b – Tabelas. Quadro 3).

Neste sentido, a política externa dos governos do PT atendeu diretamente os interesses das grandes empresas instaladas no país, além de consolidar e desenvolver as tendências predominantes do capitalismo brasileiro, ao mesmo tempo imperialista e dependente.

2- O “Renascimento Africano” no contexto da nova ordem internacional.

A partir dos anos 90 inicia-se um esforço das elites africanas e de diversos países e organizações internacionais para reinserir o continente africano na chamada Nova Ordem Mundial. A África atravessou os anos 60 a 90 marcada por guerras civis, conflitos étnicos e religiosos, atraso tecnológico e baixo desempenho econômico, tornando-se uma região pouco atraente para o capital imperialista em comparação com outras regiões. No entanto, como uma das últimas fronteiras ainda abertas para a exploração de petróleo, gás, mineração e matérias primas, a África voltou despertar interesse dos países centrais e também dos chamados países emergentes. Decorre daí um esforço político e diplomático para estabilizar a situação política na África, reforçando os Estados nacionais africanos pacificando os países conflagrados por guerras civis, superando regimes racistas e segregacionistas, instalando regimes democrático-liberais regidos pela lógica neoliberal da “governança econômica” temperada com políticas sociais compensatórias, consolidando no

poder as frações das classes dominantes africanas interessadas na “abertura comercial” e num movimento de integração subordinada ao mercado mundial. Tais esforços se dão tanto por meio da ONU e do Banco Mundial, quanto por meio da ação diplomática e militar de alguns países, entre eles o Brasil.

Entre os próprios países africanos desencadeiam-se diversas iniciativas no sentido da integração econômica entre as economias da região, como a CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), a NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África), a SACU (União Aduaneira da África Austral), a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), a ECOWAS (Comunidade Econômica dos Estados da África Oriental), além da UA (União Africana), e entre os blocos africanos e outros blocos econômicos, como o Mercosul, o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) (VISENTINI e PEREIRA, s/d, p. 4-9; AMORIM, 2015).

Criada em 2001 pelos governos africanos a NEPAD tinha por objetivo explícito reinserir os países africanos na economia mundial, atrair investimentos externos voltados para a diversificação das atividades produtivas (desenvolvimento industrial e tecnológico), o crescimento da produtividade, o aumento das exportações, a superação da situação de miséria e exclusão social e a renegociação da dívida externa africana, garantindo assim uma taxa anual média de crescimento do PIB de 7% para o continente até 2015 (VILAS-BÔAS, 2011, p. 11-12). Esta situação favoreceu o avanço das relações capitalistas e o crescimento econômico, particularmente durante a primeira década do século XXI, reforçada pelo boom de valorização das *commodities*, principal item da pauta de exportações africana. Nos anos 2000 a economia africana cresceu a uma taxa média de 6% e os investimentos estrangeiros representaram quase 20% do PIB. Mas é importante ressaltar que tal modelo de desenvolvimento não se baseou no antigo padrão de industrialização por substituição de importações, adotado em diversos países a partir dos anos 30, ou seja, no desenvolvimento de um processo de industrialização integral e voltado para o mercado interno. Mas na busca por uma produção industrial integrada aos fluxos do comércio internacional e de investimentos, ou seja, no beneficiamento industrial dos produtos mais competitivos em termos de exportação, particularmente *commodities* (produtos agrícolas, minerais, petróleo, gás, etc.) (RIBEIRO, 2009). O que revela os limites deste tipo de desenvolvimento econômico

em termos de autonomia e capacidade de autopropulsão e do próprio “Renascimento Africano”.

A partir de então a África tornou-se palco de nova disputa imperialista, opondo as potências tradicionais, principalmente os Estados Unidos, e as novas potências emergentes, principalmente a China, não sem o apelo à ampliação da presença militar por meio de acordos militares, venda de armas e mesmo da intervenção direta, como no caso da intervenção “humanitária” norte-americana na Somália em 1993, num cenário de crescente multipolaridade relativa. Na primeira década do século XX assiste-se não apenas ao esforço russo de recomposição de seu aparelho de Estado, de reconstrução econômica, fortalecimento militar, com vistas à restauração de sua influência na área da antiga URSS e à afirmação de sua condição como segunda força militar do globo; mas a Alemanha unificada busca hegemônizar economicamente a União Européia e estabelecer parcerias no Leste Europeu (inclusive com a Rússia); a China moderniza seu aparato militar e desencadeia um processo de expansão econômica no Leste Asiático, na África e a na América Latina, estabelecendo alianças estratégicas como os BRICS; enquanto a Índia também busca se consolidar como uma potência regional em termos militares (também detém a bomba atômica) e econômicos, além de participar dos BRICS, mesmo alimentando certa disputa com a China. O Brasil e a África do Sul também se inserem neste movimento de multipolarização relativa do concerto imperialista, apesar de seu menor poderio militar e influência econômica. A partir da condição de principais economias de suas respectivas regiões (América do Sul e África Austral) buscam assim ampliar mercados em outras áreas e desenvolver sua capacidade militar defensiva para proteger suas reservas estratégicas e áreas de influência (FIORI, 2008, p. 11-70; MEDEIROS, 2008, p. 173-277). Daí a parceria crescente entre os dois países no início do século XXI.

3- Brasil e África: diplomacia, segurança, negócios e políticas sociais.

Depois que o tráfico negreiro foi abolido no Brasil, em 1850, os vínculos do país com a África se limitaram às relações comerciais com a África do Sul e ao apoio tanto ao regime racista deste país, o *apartheid*, quanto ao colonialismo português no continente. Durante o curto mandato de Jânio Quadros (1961), o governo adotou a Política Externa Independente, que se desdobrou na defesa da autodeterminação dos povos, no apoio à luta anticolonial e no estabelecimento de acordos culturais com países africanos. Tal orientação

foi revertida após o golpe de 1964, voltando a predominar a perspectiva anticomunista da Guerra Fria, com a proposta de criação de uma Organização do Tratado do Atlântico Sul, que implicava no estabelecimento de acordos de cooperação militar com Portugal e a África do Sul e no apoio desses países ao reconhecimento internacional da ampliação do Mar Territorial Brasileiro para 200 milhas. Além da questão militar, nesta aproximação também se contemplava a perspectiva econômica, marcada pelo acelerado crescimento da economia brasileira durante o “Milagre Brasileiro” (1968-1973) e tornando necessária a abertura de novos mercados produtores de matérias – primas, principalmente o petróleo, e de novos mercados consumidores para as empresas brasileiras de máquinas, equipamentos e bens de consumo. Portanto, quando a política externa brasileira se altera, a partir de 1974, com a adoção do “Pragmatismo Responsável”, que privilegia os interesses econômicos do país na definição das relações diplomáticas em detrimento da orientação ideológica do governo, e o estabelecimento de uma postura mais independente diante dos ditames da Guerra Fria, essa perspectiva econômica se manteve e aprofundou (VISENTINI e PEREIRA, s/d, p. 2-4).

A chamada “crise do petróleo” de 1973 e a própria crise do “Milagre Brasileiro” intensificam a necessidade de conquista de novos mercados para o capitalismo brasileiro, o que reforça a política externa do Pragmatismo Responsável, quando se busca afirmar o país como uma potência política e econômica regional, condizente com o tamanho e as pretensões imperialistas da economia brasileira. Esta orientação demanda a ampliação das relações diplomáticas com os países africanos, rompendo com o “unilateralismo” determinado pela Guerra Fria e resguardando uma margem de autonomia em relação à posição norte-americana e européia. Paralelamente, com o colapso do regime salazarista e a Revolução dos Cravos (1974), o processo de libertação colonial se acelera, com a independência de Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, ocorridas entre 1974 e 1975. Neste sentido, o apoio brasileiro ao colonialismo português torna-se crescentemente injustificável na medida em que os processos indicados acima se intensificam, suscitando uma mudança de posição na política externa brasileira em relação à África Portuguesa e à África em geral. Daí o reconhecimento da independência das ex-colônias portuguesas, a condenação dos regimes de *apartheid* da África do Sul e da Rodésia, a abertura de seis novas embaixadas e o início de um processo de aproximação econômica e comercial que se expande para outros países da África e também do Oriente Médio. Em

troca principalmente de petróleo, o Brasil passa a exportar alimentos, automóveis, máquinas, equipamentos, a construir bens de infra-estrutura como portos, estradas, pontes, e hidrelétricas, além de implantar empresas brasileiras de extração de petróleo (Braspetro), mineração (Vale do Rio Doce) e construção civil (Mendes Júnior, Odebrecht). Durante os governos Figueiredo (1979-1985) e Sarney (1985-1990) as relações privilegiadas com a África continuaram, suscitando a criação da Zona de Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas) e a realização da I Conferência do Atlântico Sul, com a participação de 19 países africanos, em 1988 (VISENTINI e PEREIRA, s/d, p. 2-4).

A vigência do neoliberalismo como programa fundamental do bloco no poder no Brasil e o fortalecimento de uma perspectiva de reinserção subordinada na economia mundial por parte do capitalismo brasileiro esvaziaram o protagonismo da política externa brasileira em relação à África, particularmente nos governos Collor (1990-1992) e Fernando Henrique (1995-1998), inclusive com redução do número de diplomatas, apesar de certa aproximação com os países africanos nos governos Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso em seu segundo mandato (1999-2002). Como resultado desta aproximação o Brasil se posicionou pelo estabelecimento de acordos de paz nos países conflagrados, particularmente nas ex-colônias portuguesas, reativou a Zopacas, sediou o Encontro de Chanceleres dos Países de Língua Portuguesa e aproximou-se da África do Sul pós-apartheid, já sob o governo de Nelson Mandela. Foi assinado o acordo entre a África do Sul e o Mercosul, abrindo caminho para posterior parceria entre o bloco econômico sul-americano e bloco econômico africano, os acordos de livre-comércio entre Mercosul-SADC/SACU-EcoWas (VISENTINI e PEREIRA, s/d, p. 2-4).

Apesar dessas iniciativas de aproximação, a África volta a ser uma região importante para a política externa brasileira apenas a partir do governo Lula, em 2003, quando passa a vigorar uma perspectiva de reforço da posição diplomática, militar e econômica do Brasil no plano internacional. Como já assinalamos anteriormente, esta nova orientação está em consonância direta não apenas com o programa neoliberal moderado adotado pelos governos do PT, mas com a própria dinâmica concentradora e monopolista da economia brasileira, a exigir a intensificação da expansão externa das empresas instaladas no país. Mais ainda, o “atlantismo brasileiro”, como é chamada a política de aproximação com os países da África Ocidental, conta com respaldo do próprio Banco Mundial, em

conformidade com o apoio das potências centrais ao movimento de intensificação dos investimentos imperialistas na África a partir dos anos 2000 (SARAIVA, 2011).

Neste sentido, a política externa brasileira para a África, particularmente a África Ocidental, se coaduna com as três frentes diplomáticas adotadas pelo governo brasileiro na primeira década do século XXI, quais sejam: o privilegiamento das relações econômicas, políticas e diplomáticas com os países do chamado Eixo Sul-Sul (América Latina, Ásia e África); a afirmação da soberania brasileira sobre áreas de interesse estratégico, no caso a “Amazônia Azul”, o que implica no fortalecimento militar da posição brasileira no Atlântico Sul para proteção de suas próprias reservas petrolíferas e das reservas que lhe abastecem; e o fortalecimento da posição do Brasil nos grandes fóruns e instâncias internacionais.

As linhas desta orientação foram explicitadas pelo próprio ministro das relações exteriores durante o governo Lula, Celso Amorim. Numa palestra proferida em maio de 2015 sobre as relações entre Brasil e África durante sua gestão no comando do Itamaraty (2003-2010) Celso Amorim afirmou:

A África tem um PIB, hoje – dados de 2013, em valores de mercado – de US\$ 2,7 trilhões. Em valores PPP, de equivalente per capita, de mais de US\$ 3,7 trilhões e cresce mais do que a média mundial. Então a África vai ser, entre outras coisas, também um grande mercado. E não apenas um lugar pra você tirar recursos naturais, mas um mercado pra produzir localmente, pra própria classe média local. (...) Essa proximidade física. O que gera comércio, potencialmente gera comércio, gera interesses estratégicos comuns... Eu pude agora, como ministro da Defesa, também ver a importância de algo que nós fizemos, que é a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, que já tem muitos anos, mas que foi revitalizada agora, com reuniões sobre segurança marítima e o bom acolhimento que essas propostas têm da parte dos países africanos, que são nossos vizinhos. Eles estão do outro lado do oceano, dividem conosco o Atlântico Sul, uma área de paz. É uma área de paz, que deve ser livre de armas nucleares e que deve ser objeto de cooperação entre outras áreas, na área da pesca, mas também em muitas outras áreas de riqueza em que seja possível. Então, nós descobrimos a importância também da cooperação na área de defesa. (AMORIM, 2015, s/p).

No entanto, esta orientação foi legitimada por um discurso de “assistencialismo humanitário” e solidariedade, alternativo à tradicional agressividade e prepotência dos países imperialistas centrais, particularmente dos EUA e da União Européia. De acordo com tal discurso a chamada “globalização”, desde que mais equilibrada, pode ter um efeito positivo para os países pobres na medida em que permite não apenas o seu desenvolvimento econômico, mas a superação da pobreza, do atraso tecnológico e das

péssimas condições de vida da maioria da população, constituindo assim o que podemos classificar como uma ideologia do *imperialismo light*. Além da defesa da paz e do combate ao militarismo, tal discurso defende a construção de uma ordem internacional baseada na multipolaridade, no multilateralismo, numa “globalização” mais justa, menos “assimétrica”, que permitisse trocas comerciais menos desiguais e o apoio efetivo dos países ricos ao desenvolvimento econômico, material e tecnológico dos países pobres. Ao lado disto liga-se uma perspectiva “humanitária” de combate às mazelas do capitalismo globalizado, quais sejam a fome, as epidemias e os conflitos militares. Neste sentido, a penetração brasileira na África apresenta-se diferenciada, quando comparada à ação de outros países. Segundo Visentini e Pereira (s/d, p. 5):

Se a penetração chinesa e, mais recentemente, indiana visa a objetivos econômicos, ainda que contribuindo para a construção de obras de infraestrutura, e a recente presença norte-americana se preocupa com questões geopolíticas e de segurança, a cooperação com o Brasil, ao lado de inegáveis interesses materiais, traz elementos novos. Trata-se do combate à pobreza e às epidemias (especialmente do HIV-AIDS), a introdução e geração de tecnologias adaptadas aos problemas do Terceiro Mundo e a aliança ativa nos fóruns multilaterais em defesa de interesses comuns na busca do desenvolvimento e da construção de um sistema mundial multipolar e pacífico. O G-33 e o G-20 são dois exemplos que contribuiram para o fortalecimento da posição dos países africanos nas negociações da OMC. Coroando essa política, foi realizado, em Abuja, Nigéria, a I Cúpula África-América do Sul (AFRAS), em novembro de 2006, propiciando às duas regiões uma projeção internacional inédita, que muito contribui para o Renascimento Africano. Ao mesmo tempo, desenvolvem-se movimentos de consciência negra, realizam-se seminários, criam-se legislações contra a discriminação racial e centros de pesquisa especializados em países africanos.

Na verdade, tal discurso apresentava uma perspectiva imperialista francamente submetida aos imperativos capitalistas, como formula Wood, onde a coerção extra-econômica, ou seja, a dominação política e militar dos países coloniais, é deslocada em favor da coerção puramente econômica, própria dos mecanismos de mercado, como a dependência econômica e tecnológica, o endividamento externo, a abertura para a exploração de recursos naturais, etc. (WOOD, 2014).

A partir desta orientação o governo brasileiro desencadeou uma ofensiva diplomática, política e econômica em relação aos países africanos, que implicou na ampliação significativa da representação diplomática brasileira e do número de visitas presidenciais ou do ministro do exterior no continente, além da criação de novos acordos e

fóruns de diálogo e cooperação, com o reforço dos já existentes. No Itamaraty o departamento encarregado dos países africanos foi separado do antigo departamento para a África e o Oriente Médio, criando-se o DEAF. Por sua vez, este foi ampliado e dividido por três divisões menores, cada qual voltada para uma região: a DAF I (África Norte Ocidental); a DAF II (África Austral) e a DAF III (países africanos de origem árabe e África central) (BRASIL, 2016, p. 68-69). Como consequência disso a representação diplomática do Brasil na África quase duplicou, ampliando-se de 18 para 33 embaixadas até 2010, enquanto a representação diplomática dos países africanos no Brasil também cresceu significativamente aumentando de 16 para 25 embaixadas (BRASIL, 2016, p. 89-90; VARGEM, 2008, p. 2). Durante os seus dois mandatos (2003-2010) Lula visitou os países africanos 37 vezes, o dobro de todos os outros presidentes brasileiros que visitaram a África juntos, com destaque para África do Sul, Líbia, Angola e Moçambique (BRASIL, 2016, p. 82-84).

Os acordos e fóruns multilaterais estabelecidos anteriormente desde os anos 80 e 90, como a Zona de Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas), a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) e o acordo comercial entre a África do Sul e o Mercosul foram fortalecidos. Na sequência, o governo brasileiro atuou fortemente para viabilizar a criação do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), criado em 2003 e que se constituiu numa espécie de precursor dos BRICS. O IBAS estabeleceu não só uma parceria econômica, intensificando o intercâmbio comercial e criando um fundo de desenvolvimento para financiar projetos e a troca de mercadorias, mas também política, visando agregar forças nos fóruns e instâncias internacionais como a ONU e a OMC. Na esteira desta iniciativa, foram criados acordos comerciais entre o Mercosul e a Índia e entre o Mercosul e a SACU/SADC/EcoWas. No plano militar o IBAS deu origem ao IBSAMAR, iniciativa de cooperação militar entre os três países, mas com pretensões de agregar outros países da costa ocidental da África, com vistas à defesa e ao controle das rotas do Atlântico Sul e do Índico, por meio da realização de exercícios conjuntos, da troca de experiências e da venda de armamentos. Já se realizaram quatro exercícios navais na costa da África do Sul (2008, 2010, 2012, 2014) e um na costa indiana (2016). A iniciativa do IBSAMAR é um desdobramento da própria Zopacas e a fortalece, na medida em que também tem por propósito a defesa do Atlântico Sul (MATTOS e LEÃES, 2015, p. 10-14).

A ofensiva diplomática na África, em conjunto com outras iniciativas, como a criação dos BRICS, da UnaSul, o fortalecimento do Mercosul, faz parte do esforço do governo brasileiro por reposicionar o país no concerto internacional como um protagonista em termos diplomáticos e comerciais, particularmente em conformidade com a reivindicação brasileira pela ampliação do Conselho de Segurança da ONU e por uma “globalização” menos “assimétrica”. Daí o maior protagonismo brasileiro na mediação de conflitos internacionais e de guerras civis em defesa de uma solução pacífica para os mesmos, como na missão de Paz que o Exército cumpre no Haiti. Na África, a partir dos anos 90 o Brasil intensificou sua intervenção militar, participando de missões de paz em Angola, Libéria, Moçambique, Ruanda, Costa do Marfim, Burundi, Mali, Serra Leoa, Somália, Saara Ocidental, República Democrática do Congo, Sudão e no Sudão do Sul. A grande maioria destas missões iniciou-se depois de 2003 (HAMANN, 2015, p. 21; MRE, 2019). O Brasil ainda funciona como uma espécie de representante diplomático dos países africanos nos fóruns internacionais dos quais participa, usando sua influência para apresentar e aprovar demandas da região, assim legitimando suas pretensões a uma posição mais protagônica e sua participação no Conselho de Segurança da ONU. Segundo o próprio ministro Amorim (2015, s/p):

Quanto à atuação do Brasil na ONU, muito especialmente no Conselho de Segurança ou mesmo quando não estava no Conselho de Segurança, o Brasil tinha uma legitimidade muito grande pra certas questões, era muito ouvido. Eu fui embaixador lá e tínhamos muita ação no sentido, inclusive, de ajudar os países que tinham muito pouca gente. (...) E a posição do Brasil – estou falando agora dos anos 1990 – era muito respeitada, porque, curiosamente, embora o Brasil, mesmo estando no Conselho, não tivesse poder de veto, ele tinha uma espécie de veto escondido nas questões africanas, principalmente na questão de Angola. (...) Então nós mantivemos sempre essa proximidade. Mas, sem dúvida alguma, foi no início do governo Lula que o grande impulso foi dado.

A parceria com a África do Sul e a Índia permitiu a realização de acordos comerciais entre as três áreas de expansão econômica imperialista mais acessíveis para as empresas brasileiras, quais sejam a América do Sul, a África e o Leste Asiático, por meio da Cúpula América do Sul-África (2006), do acordo comercial entre a SACU e o Mercosul e do Acordo de Livre-Comércio entre o Mercosul e o Egito e da criação dos BRICS (VILAS-BÔAS, 2011, p. 30-31). Inicialmente formado por Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC), o grupo passou a incorporar a África do Sul a partir de 2011 sob forte patrocínio do Brasil, interessado em estreitar ainda mais seus vínculos com o continente africano. Do ponto de vista econômico

as relações entre Brasil e África adquiriram um novo patamar a partir de 2003, com uma intensificação jamais vista do intercâmbio comercial e dos investimentos brasileiros na região. A partir de dados apresentados por Brasil (2016, ps. 61; 131) é possível perceber que há um claro avanço em termos de fluxo comercial entre Brasil e África a partir de 2003, pois se entre 1997 e 2002 este tinha por média 3,19 bilhões de dólares, entre 2003 e 2010 esse montante quadruplica, saltando para 16,04 bilhões de dólares. Os maiores parceiros do Brasil na África são Angola, África do Sul, Nigéria, Marrocos, Argélia, Egito e Líbia (BRASIL, 2016, p.132).

Segundo Costa (s/d, p. 14-16), as exportações brasileiras para a África saltam de 1,42 bilhões de dólares em 2003 para 7,45 bilhões em 2006, enquanto as importações passam de 1,56 bilhões de dólares para 8,1 bilhões no mesmo período, sendo que África do Sul, Angola e Nigéria são os países com quem o intercâmbio é maior. Os produtos que o Brasil mais exporta são manufaturados como máquinas, equipamentos, veículos de transporte, autopeças, mas também bens primários de baixa densidade tecnológica como açúcar, carnes processadas e outros bens agropecuários, além de serviços, como assistência educacional e na área da saúde. Aproximadamente 3/4 das importações brasileiras são compostas por combustíveis, notadamente petróleo, adubos e fertilizantes. Dos 27 parceiros comerciais africanos os principais são África do Sul, Namíbia, Moçambique e Angola, na África Meridional e Egito, Líbia, Argélia, Tunísia e Marrocos, na África Setentrional (BRASIL 2016, p. 122-124). No entanto, é preciso ressaltar que esse crescimento vertiginoso no intercâmbio comercial entre Brasil e África no período se dá em termos absolutos, não em termos relativos, pois apenas acompanha a tendência de alta do intercâmbio comercial da economia brasileira com o exterior na primeira década do século XX. Ou seja, as exportações e importações para a África crescem em proporções relativamente iguais ao crescimento das importações e exportações brasileiras no período, portanto, a posição relativa da África no intercâmbio comercial brasileiro não se altera, ficando o continente africano ainda atrás das relações comerciais com a União Européia, a América do Norte, principalmente EUA, a América Latina e a Ásia. Isto evidencia o quanto o intercâmbio comercial com a África era limitado antes do governo Lula, mas também os limites do mercado interno africano, ainda pouco desenvolvido quando comparado aos países centrais e mesmo a vários países da América Latina.

Do ponto de vista da exportação de capital, que é o que caracteriza a expansão imperialista em seu núcleo, há um crescimento considerável das inversões de empresas brasileiras no exterior. Entre 2001 e 2006 o montante de investimentos brasileiros no exterior sobe continuamente, passando de 68,5 bilhões de dólares para 152,2 bilhões (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015a). Apesar de crescente em relação à década de 90, paralelamente o investimento estrangeiro no Brasil cai de aproximadamente 34 bilhões de dólares em 2000, para aproximadamente 19 bilhões em 2006, evidenciando um movimento tendencial inverso à trajetória histórica da economia brasileira com o exterior, pelo menos até meados da década (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015c). Como vimos anteriormente, a partir da crise econômica mundial de 2007-2008 a tendência de alta dos IED é retomada. Quanto aos investimentos brasileiros na África, também há um avanço significativo em termos absolutos, apesar de o continente africano continuar em quinto lugar como região que conta com a presença de transnacionais brasileiras. Além disso, para as transnacionais brasileiras o continente africano é uma área importante de expansão econômica não só pelo potencial do seu mercado interno, mas como plataforma de exportação para outras regiões, no caso a Europa (VILAS-BÔAS, 2011b, p. 136). Neste aspecto a África repete hoje para as empresas brasileiras a função que a própria economia brasileira exerceu no início de sua expansão imperialista, ainda nos anos 60/70, quando as transnacionais européias, japonesas e norte-americanas instaladas no Brasil o utilizavam como plataforma de exportação para outras regiões, notadamente a América Latina e o Oriente Médio.

A exportação de capitais brasileiros para a África se dá predominantemente na área de bens de capital e infraestrutura. Grande parte dos investimentos brasileiros se dá na extração de recursos minerais (petróleo, gás, carvão, metais, diamante) e na construção civil (rodovias, ferrovias, aeroportos, hidrelétricas, planejamento urbano, saneamento básico, escolas, centros tecnológicos). Mas também há investimentos em áreas diversas como na indústria farmacêutica, na produção e distribuição de alimentos (soja, milho, cana de açúcar, algodão) e na franquia de marcas brasileiras (SCHELLER, 2012; VISENTINI E PEREIRA, s/d, p. 4-9; OPINIÃO E NOTÍCIA, 2012). As empresas mais atuantes são Petrobrás (petróleo), Vale (mineração), Odebrecht (construção civil), Camargo Corrêa (construção civil), Queiroz Galvão (construção civil), Andrade Gutierrez (construção civil), OAS (construção civil), BTG (banco), WEG (motores), Marcopolo (veículos), Randon, Banco do Brasil (banco), Votorantim

(mineração), Stefanini (tecnologia), IT Solutions (tecnologia), Marfrig (frigorífico), Totvs (softwares), Fisk (educação) e Minerva (frigorífico), grande parte delas designadas como “campeãs nacionais” pela política de incentivos do governo Lula. Entre as marcas brasileiras que tem franquia na África se destacam O Boticário (cosméticos e perfumes), Fisk (educação), Via Uno (calçados), entre outras. Os países que mais recebem capitais brasileiros são África do Sul, Angola, Nigéria e Moçambique (BRASIL, 2016, p. 121-129; RAGE, 2017). Apesar de predominarem as empresas de capital monopolista entre aquelas que investem no continente africano, é importante ressaltar que ao lado delas tem crescido a participação de empresas pequenas e médias na exportação de capital, particularmente em Angola, o que evidencia a força deste movimento e as oportunidades de investimento na África (VARGEM, 2008, p. 3-6).

A política comercial e de investimentos na África não seria possível sem uma forte intervenção econômica e diplomática do governo brasileiro, financiando os investimentos e a importação de produtos brasileiros pelos países africanos. Duas iniciativas nesse sentido foram tomadas: o perdão das dívidas dos países africanos e a abertura de linhas de crédito pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Em conformidade com o programa patrocinado pelo FMI desde os anos 90 de renegociação ou mesmo perdão das dívidas de países altamente endividados, a grande maioria dos quais países africanos, o Brasil renegociou e/ou perdoou as dívidas de 14 países entre 2003 e 2013. A maioria das dívidas foi contraída ainda nos anos 70 e 80 por meio do FINEX (Fundo de Financiamento das Exportações), depois absorvidas pelo PROEX (Programa de Financiamento às Exportações). De um montante total de 1,33 bilhão de dólares foram perdoados 1,06 bilhão e renegociados 269 milhões. Para metade desses países o perdão da dívida com o Brasil ultrapassou os 70% do total, dando-lhes grande fôlego para financiar a importação de produtos e capitais brasileiros (BRASIL, 2016, p. 112-120). Em conformidade com esta orientação e com a política de apoio às chamadas “campeãs nacionais”, empresas brasileiras capazes de competir no mercado internacional e escolhidas para receber incentivos governamentais, o BNDES financiou projetos de infraestrutura, plantas industriais, importação de máquinas e equipamentos, programas educacionais/culturais e assistenciais, tornando-se o principal provedor de investimentos brasileiros no continente. Só em Angola,

entre os anos de 2007 e 2009 o BNDES financiou 1,6 bilhão de dólares para projetos de apenas sete empresas (BRASIL, 2016, p. 120-128).

Finalmente devemos destacar a importância das políticas sociais e educativo/culturais para a política externa brasileira na África, pois elas operam como uma espécie de síntese de suas outras orientações determinantes. Isto porque, além de funcionarem como oportunidades de investimento e negócios, elas contribuem para a criação de uma visão positiva da intervenção brasileira no continente, em comparação com o imperialismo tradicional das grandes potências, fortalecendo a posição diplomática do país nos fóruns internacionais e alimentando um imperialismo cultural que tem crescido rapidamente, principalmente nas ex-colônias portuguesas, legitimando o *imperialismo light* brasileiro junto às populações e classes dominantes locais. As políticas sociais desenvolvidas na África se assemelham àquelas aplicadas no próprio país pelo governo Lula em consonância com a perspectiva neoliberal moderada que orienta seu programa político, ou seja, o tratamento da questão social da fome, da baixa escolaridade, da exclusão social é feito por meio de políticas sociais compensatórias, não pela ampliação dos direitos sociais e trabalhistas e por uma política de efetiva distribuição de renda. Neste sentido, os programas sociais desenvolvidos pelo governo e pelas empresas brasileiras na África reproduzem em linhas gerais esta orientação.

Além do combate à fome por meio da criação de programas de segurança alimentar, há iniciativas no âmbito da produção de medicamentos, como a criação de uma fábrica de remédios retro-virais em Moçambique; programas de combate às epidemias, particularmente a AIDS e a malária, com a remessa de equipamentos e pessoal técnico. Há também iniciativas educativas e culturais como programas de intercâmbio educacional e científico-tecnológico, com a concessão de bolsas de estudo, intercâmbio de professores e alunos, criação de centros de ensino técnico e de fóruns de debate entre pesquisadores e intelectuais brasileiros e africanos, como a Conferência Internacional de Intelectuais Africanos e da Diáspora, realizada em 2006 no Brasil. Finalmente há que se destacar a penetração cultural brasileira em diversos países da África, principalmente os de língua portuguesa, com a presença de igrejas evangélicas e de redes de televisão que retransmitem programas produzidos no Brasil (VISENTINI E PEREIRA, s/d, p. 4). Em Angola, por exemplo, é possível identificar um verdadeiro “imperialismo cultural”, com a propagação de hábitos,

valores e mesmo do “falar brasileiro”, ou seja, o português falado no Brasil. Não poucos artistas de TV e cantores brasileiros são verdadeiras celebridades no país (VISENTINI E PEREIRA, s/d: 4). Neste sentido, há um claro processo de aculturação, de “abrasileiramento” de países e populações que reforça a perspectiva imperialista brasileira na África.

Notas Finais

A busca por uma posição mais protagônica do país nos organismos internacionais e na própria diplomacia mundial, além da dinâmica expansiva do imperialismo brasileiro, levou o Brasil a estreitar suas relações com os países africanos, principalmente com os da África Ocidental e em particular os de língua portuguesa. O auge desta orientação em termos de política externa ocorreu durante os dois mandatos do presidente Lula (2003-2010), período coincidente com uma conjuntura de crescimento econômico mundial e de dinamização do capitalismo brasileiro. Com isto o Brasil consolidou sua política de fortalecimento do Eixo Sul-Sul, centrada no relacionamento com a América Latina, com os BRICS e com a África. A eclosão da crise mundial de 2007/2008 não alterou o cenário de crescimento e expansão da economia brasileira de modo imediato, por conta de sua própria força autopropulsiva e porque nestes anos a tendência recessiva se manifestou principalmente nos países capitalistas centrais (EUA e Europa), tendo um rebatimento menor nos países emergentes, como a China e o Brasil, e periféricos. Isto evidenciou o acerto da opção pelo fortalecimento do Eixo Sul-Sul, permitindo que a economia brasileira continuasse a crescer nos anos seguintes e pudesse “retardar” os efeitos mais nocivos da crise mundial.

No entanto, a partir do primeiro mandato de Dilma Roussef (2011-2014) as dificuldades econômicas começaram a emergir, intensificando-se ao longo do tempo e levando a uma brutal recessão a partir de 2015. Desde então, as relações comerciais e econômicas com a África diminuíram de ritmo e intensidade, evidenciando o peso da questão econômica na definição da política externa brasileira. Isto evidencia os limites da presença internacional de um país ao mesmo tempo imperialista e dependente como o Brasil, incapaz de definir uma política externa de longa duração por conta de sua própria dependência dos humores do mercado internacional e do concerto das potências centrais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*. vol.47 no.1 Brasília Jan./June 2004.

AMORIM, Celso. Celso Amorim: Um Balanço das Relações Brasil-África. *Portal Vermelho*, São Paulo. <http://www.vermelho.org.br/noticia/269884-10>, 04/09/2015.

AZEVEDO, Reinaldo. O PT, a política externa e o governo Lula: Operação Urubu. *Veja*. <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-pt-a-politica-externa-e-o-governo-lula-operacao-urubu/>, 25/02/2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Capitais Brasileiros no Exterior. 2001-2006. <http://www4.bcb.gov.br/rex/cbe/port/ResultadoCBE.asp?idpai=CBE>, 2015a.

_____. Capitais Brasileiros no Exterior. 2007-2015. <http://www4.bcb.gov.br/rex/cbe/port/ResultadoCBE2015.asp?idpai=CBE>, 2015b.

_____. Ingressos de investimentos estrangeiros diretos – Participação no capital. <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/home>, 2015c.

BARBOSA, Rubens. Balanço da política externa dos governos petistas. *Interesse Nacional*. <http://interessenacional.com.br/2018/02/09/balanco-da-politica-externa-dos-governos-petistas/>, 02/09/2018.

COSTA, Juliana Jerônimo. As relações Brasil-África no século XXI: da aproximação seletiva à aproximação diversificada. *ENABRI*, número 3, volume 2. <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v2/a39.pdf>, s/d .

FIORI, José Luis. “O sistema internacional capitalista no início do século XXI”. In: FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos e SERRANO, Franklin. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro:Record, 2008, pp. 11-70.

HAMANN, Eduarda Passarelli. A força de uma trajetória: o Brasil e as missões de paz da ONU (1948-2015). *Nota Estratégica*, Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, número 19. https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/09/NE-19_Brasil-e-opera%C3%A7%C3%B5es-de-paz-da-ONU-web.pdf, 2015.

MACIEL, David. Melhor impossível: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o governo Lula. *Universidade e Sociedade*, Brasília – DF: Andes-SN, número 46, 2010, pp. 120-133.

MARINI, Rui Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MATTOS, Fernando P. de e LEÃES, Ricardo F. Relações Brasil-África do Sul: Cooperação Sul-Sul e Multilateralismo. I Seminário Internacional de Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/LE%C3%83ES-MATTOS-2015-Rela%C3%A7%C3%B5es-Brasil-%C3%81frica-do-Sul.pdf>, 2015.

MEDEIROS, Carlos. “Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China”. In: FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos e SERRANO, Franklin. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008, pp. 173-277.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz>, 2019.

OPINIÃO E NOTÍCIA. A nova aliança atlântica: Empresas brasileiras fincam os pés no continente africano. Construtoras, estatais e empresas de mineração acenam com investimentos e know-how para agradar o continente promissor. <http://opinioenoticia.com.br/brasil/empresas-brasileiras-fincam-os-pes-no-continente-africano/>, 2012.

RAGE, Paulo. África: um continente de oportunidades para empresas: Empresas brasileiras passaram a ter na África um dos principais destinos para seus projetos. <https://jota.info/colunas/coluna-do-taUIL-chequer/africa-um-continente-de-oportunidades-para-empresas-12042017>, 2017.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. A política africana do governo Lula (2003-2006). Tempo Social. São Paulo, vol. 21, número 2. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702009000200009, 2009.

SARAIVA, José Flávio Sombra. O atlantismo brasileiro e o Banco Mundial. Mundorama, Brasília – DF, <http://www.mundorama.net/?tag=relacoes-brasil-africa>, 2011.

SHELLER, Fernando. Empresas brasileiras vão à luta na África. Grupos nacionais investem para assegurar mercado no continente em expansão. O Estado de S. Paulo, São Paulo, <http://opinioenoticia.com.br/brasil/empresas-brasileiras-fincam-os-pes-no-continente-africano/>, 2012.

WOOD, Ellen Meiksins. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

VARGEM, Alex André. A Política Externa Brasileira para a África no Governo Lula. Revista Ponto e Vírgula, São Paulo, número 4, 2014. <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/viewFile/14151/10399>.

VILAS-BÔAS, Júlia Covre. A Convergência de Momentos entre Brasil e África: A Política Externa do Governo Lula e a NEPAD. Mundorama, Brasília – DF, <http://www.mundorama.net/?tag=relacoes-brasil-africa>, 2011a.

_____. A atuação das empresas brasileiras na África no governo Lula. Monografia. Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, UnB, 2011b.

VISSENTINI, Paulo G.F. e PEREIRA, Analúcia D. (s/d). A política africana do governo Lula. s/d. Nerint, Porto Alegre. <https://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>.

ZIBECHI, Raúl. *Brasil potencia: Entre la integración regional y un nuevo imperialismo*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2012.